ARTIGO

A Permanência do Passado Industrial

Entre Marx e Adorno, cem anos de dominação econômica

Gabriela Malesuik Barros
Universidade de Brasília
Brasília | Distrito Federal | Brasil
gabrielamalesuik@gmail.com
orcid.org/0000-0002-5076-5656

Neste artigo, analiso o argumento de Theodor Adorno sobre a atualidade e relevância da crítica da economia política elaborada por Marx para a consideração dos problemas sociais da década de 1960. A partir da recepção de *O Capital* e de alguns desentendimentos que pairam sobre as especificidades do escopo e do objeto de análise do autor, exponho como Marx não se restringiu a analisar a manifestação histórica do capitalismo industrial inglês, mas o *modo de produção* da sociedade civil-burguesa. Examino como parte da tradição marxista debateu a história das transformações internas do modo de produção capitalista para expor como, em Adorno, a dominação do trabalho ainda é a condição fundamental para a reprodução social nos anos 1960. Demonstro, a partir de Adorno, que o antagonismo entre capital e trabalho não foi superado na "era dourada" do capitalismo, mas adquiriu novas formas. Concluo que, para ele, *O Capital* de Marx é uma das bases para uma teoria crítica da sociedade, na medida em que fundamenta um modelo de consciência crítica histórico-filosófica.

Adorno; Dialética; Filosofia da História; Marx

ARTICLE

THE PERMANENCE OF THE INDUSTRIAL PAST
Between Marx and Adorno, a hundred years of economic domination

GABRIELA MALESUIK BARROS
Universidade de Brasília
Brasília | Federal District | Brazil
gabrielamalesuik@gmail.com
orcid.org/0000-0002-5076-5656

In this article, I analyze Theodor Adorno's argument regarding the topicality and relevance of Marx's critique of political economy to an examination of the social problems of the 1960s. Drawing on the reception of *Capital* and on some misunderstandings surrounding the specificities of the author's scope and object of analysis, I demonstrate how Marx did not limit himself to analyzing the historical manifestation of English industrial capitalism, but rather the *mode of production* of bourgeois civil society. I examine how part of the Marxist tradition debated the history of internal transformations within the capitalist mode of production to show how, for Adorno, the domination of labor remains the fundamental condition of social reproduction in the 1960s. Drawing on Adorno, I demonstrate that the antagonism between capital and labor was not overcome during capitalism's "golden age", but rather took on new forms. I conclude that, for him, Marx's *Capital* is one of the foundations for a critical theory of society, insofar as it grounds a model of historical-philosophical critical consciousness.

Adorno; Dialectics; Philosophy of History; Marx

ADORNO E MARX
AS RAÍZES MARXISTAS DA TEORIA CRÍTICA

No primeiro volume de sua *Teoria do Agir Comunicativo* (2012 [1981]), Habermas encerra o livro com o diagnóstico de que Adorno e Horkheimer representaram o último momento das filosofias da consciência, baseadas na premissa de que certas formas de ação racional-teleológica estão difundidas na sociedade e constituem as condições de subjetivação dos tempos modernos. Seu intuito é sugerir uma mudança de paradigma teórico que atestaria o encerramento do programa sugerido pela primeira geração da Teoria Crítica.[1] Habermas sugere a transição para uma teoria da ação comunicativa, baseada na diferenciação entre o mundo da vida e os sistemas de ação. Se os sistemas de ação são regulados por símbolos extralinguísticos vinculados ao dinheiro e ao poder, o mundo da vida depende da comunicação e de sua reprodução simbólica na busca por um entendimento e cooperação mútuos.

Habermas constrói a tese de que Adorno e Horkheimer desenvolveram uma crítica da razão instrumental na transição que operam da crítica da metafísica moderna a um programa de uma filosofia da história na *Dialética do Esclarecimento* (1947). Segundo o autor, a filosofia da história de Adorno e Horkheimer aponta a verdade na autocrítica da razão e no reconhecimento da limitação da oposição entre "razão" e "razão instrumental" no mundo moderno, mas contesta a possibilidade de acessar a verdade sob a intensificação da reificação social.[2] Procuro, em alguma medida, questionar essa tese de Habermas. É possível notar que Adorno não faz uso extensivo da ideia de "razão instrumental" em seus textos, com exceção do livro escrito em conjunto com Horkheimer e publicado em 1947. Habermas defende que há uma fragilidade incorrigível no projeto filosófico de Adorno. Estabelecido em 1947 e radicalizado com a *Dialética Negativa* (1966), esse projeto, segundo Habermas, estaria envolto em aporias, como no caso da dissociação entre "razão" e "razão instrumental".

Compartilho da visão de Giovanni Zanotti, para quem não pode haver, em Adorno, uma dissociação entre razão e razão instrumental, pois isso indicaria a possibilidade de falar em uma pluralidade nas formas de racionalização social como dominação e reprodução. Zanotti, em outra direção, aponta que, em Adorno, há apenas "uma razão única, internamente contraditória, porém provida de um princípio interno de autossuperação" (Zanotti 2019, 180). Esse princípio de autossuperação é explicado por ele como sendo a ideia da razão como trabalho sobre si, a qual apresento, neste artigo, como tendo por desdobramento uma consciência histórico-filosófica.

---

[1] "Gostaria de insistir que o programa da teoria crítica em sua fase inicial fracassou não por este ou aquele acaso, mas por causa do esgotamento do paradigma da filosofia da consciência" (Habermas 2012 [1981], 665).

[2] "A *Dialética do esclarecimento* é um evento irônico: aponta o caminho da verdade para a autocrítica da razão e, ao mesmo tempo, contesta a possibilidade 'de que a ideia da verdade ainda esteja acessível nesse nível de estranhamento pleno'" (Habermas 2012 [1981], 659).

Argumento que esse modo de reflexividade é desenvolvido por Adorno em sua *Dialética Negativa* (2009 [1966]). No entanto, considero que um conjunto de conferências, cursos e aulas de Adorno produzidos entre os anos de 1940 e 1960 é relevante para observar a continuidade e o aprofundamento do argumento de Adorno acerca da centralidade de um pensamento histórico-filosófico para uma teoria crítica da sociedade.

Em contraposição a autores como Habermas (2012) e Martin Jay (2008), para os quais Adorno se distancia do marxismo em direção a uma teoria antropológica do poder e da dominação social após a publicação da *Dialética do Esclarecimento* (1947), este artigo busca ressaltar a indissociabilidade entre a crítica do modo de produção da sociedade civil-burguesa de Marx em *O Capital* (2013 [1867]) e o modo de reflexividade histórico-filosófico elaborado por Adorno em sua *Dialética Negativa* (2009 [1966]).

Para Adorno, a consciência substantiva da história não deve levar apenas à autoteorização da modernidade como tentativa de superação interna das antinomias do pensamento burguês moderno.[3] Trata-se, antes, da consideração das possibilidades de emancipação social concretas. Por essa razão, a *Dialética Negativa* integra à caracterização lógico-dedutiva das categorias filosóficas e à crítica da história da metafísica questões atinentes ao conhecimento histórico e à história da sociedade civil-burguesa.

A compreensão que Adorno demonstra da atualidade da teoria do valor de Marx nos anos 1960 é aqui apresentada a partir da centralidade atribuída ao processo de abstração do trabalho como condição historicamente específica do capitalismo moderno. Se, por um lado, apresento como o trabalho abstrato é um momento lógico específico do processo social de formação do valor, por outro, indico como Adorno observa que o trabalho industrial se alastrou do universo do trabalho para a cultura e para os modelos de gestão técnico-científicos proporcionados pela *managerial revolution*.[4] Nesse sentido, uma reconstrução da história das metamorfoses do capitalismo e dos desentendimentos que pairaram sob o objeto de estudo de Marx pode colaborar para a observação da atualidade da fortuna crítica e do diagnóstico de *O Capital* na teoria crítica elaborada por Theodor Adorno na década de 1960.

[3] Sobre essa questão, Habermas diz o seguinte: "Horkheimer e Adorno deixam-se guiar pela ideia de conciliação; mas preferem renunciar por completo à explicação dessa ideia, para não incidir em uma metafísica da conciliação. Isso os leva, como se demonstrou, às aporias de uma crítica que de certa maneira diminui a pretensão de chegar ao conhecimento teórico" (Habermas 2012, 666).

[4] Uma compreensão ampla do impacto ocasionado pela "revolução gerencial" nas estruturas de reprodução do capitalismo será desenvolvida no decorrer do texto. Para uma visão geral das posições das esquerdas europeias entre as décadas de 1930 e 1960 diante da revolução técnico-científica na estrutura dos monopólios e no aparato do Estado. Cf.: Sassoon 1997.

O OBJETO DE ANÁLISE DE "O CAPITAL" E AS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS DO CAPITALISMO

Com o falecimento de Karl Marx em 1883, a responsabilidade de editar e publicar os manuscritos dos livros II e III de *O Capital* recaiu sobre Engels. Apenas o livro I de *O Capital* foi publicado por Marx em vida, com a primeira edição alemã em 1867. Além de publicar os dois últimos volumes, Engels trabalhou em uma reedição do livro I para uma terceira publicação alemã do texto. A edição de 1891 acabou se tornando a versão mais popular da principal obra de Marx.[5] Resumidamente, *O Capital* (1867) representa um processo de pensamento e elaboração no qual Marx se deteve dos anos 1850 até o fim de sua vida, sem poder arrematá-lo.

A este artigo não importa tanto a história dos manuscritos de Marx, embora seja um assunto crucial a quem queira estudar *O Capital* e outros manuscritos do pensador alemão. Importa mais, por outro lado, compreender que, desde o começo da popularização de *O Capital*, com Engels, sugestões de como se deve ler a obra ora abriram caminhos para a compreensão do objetivo da análise de Marx, ora trouxeram à tona desentendimentos quanto às especificidades do empreendimento do autor. Esses desentendimentos se arrastaram até os séculos XX e XXI, fazendo permanecer a pergunta sobre a atualidade ou não do diagnóstico de sociedade feito por Marx em *O Capital*.

Levando em consideração que a obra de Marx suscitou diversas interpretações, teria o diagnóstico sobre a dominação econômica e política da sociedade burguesa de Marx ficado obsoleto diante das transformações sociais ocorridas na virada entre os séculos XIX e XX? Após as duas Grandes Guerras, a análise do modo de produção capitalista em *O Capital* ainda teria atualidade em relação ao sistema social global vigente? Em meio às discussões acerca do objeto da crítica de Marx, tanto internas quanto externas à história do marxismo, Theodor Adorno, ao contrário do que parte de seus comentadores indicam, se propôs a mostrar a pertinência e a dinamicidade da crítica da economia política desenvolvida em *O Capital* para compreender os anos 1960.[6] Isso porque a crítica da economia política de Marx é, ela mesma, um modo de pensamento fundador da teoria crítica da sociedade.

No entanto, um dos principais desentendimentos sobre *O Capital* parece ter surgido dentro da própria literatura marxista. O mal-entendido consiste na interpretação de que *O Capital* é uma obra sobre o desenvolvimento histórico da forma do capitalismo industrial da segunda metade do século XIX. Aceitar isso, no entanto, significa que o texto de Marx se restringe a analisar o capitalismo industrial, e não a forma do capitalismo de modo geral. Michael Heinrich aponta que essa leitura se origina da interpretação feita por Engels e, depois, por Karl Kautsky, herdeiro do legado do primeiro no contexto da Segunda Internacional Comunista (Heinrich 2024, 35). Para esses autores, no primeiro capítulo de *O Capital*, Marx remonta às primeiras formas de sociabilidade de mercado – encarnadas na forma de valor simples, em que duas mercadorias são trocadas

[5] No século XX, a edição que mais popular da obra de Marx foi a *Marx-Engels-Werke* (MEW), baseada na reedição publicada por Engels em 1891. A MEW é marcada por uma série de edições feita por Engels e possui uma história polêmica de recepção. Para uma consideração da história das edições de *O Capital* ver Marxhausen (2014) e Fineschi (2014).

[6] É o caso de Habermas (2012) e Martin Jay (2008), autores para quem, após a publicação da *Dialética do Esclarecimento* (1947), Adorno abandona progressivamente o marxismo para fundamentar uma teoria antropológica das relações sociais de dominação.

uma pela outra – até o estabelecimento da forma-dinheiro como "médium universal" das transações de mercado.

A interpretação de *O Capital* como uma obra de teor histórico é suscitada por Engels em sua resenha de *Para a Crítica da Economia Política* (1859), o primeiro livro de Marx sobre o assunto. Ao elogiar a escolha de Marx por ter iniciado o texto com a forma-mercadoria – com a qual também inicia *O Capital* –, Engels alega que Marx teria descoberto a identidade entre lógica e história, a origem definitiva das condições de sociabilidade sob o capitalismo. Na forma-mercadoria, segundo Engels, tem-se a semente das condições de inteligibilidade da sociedade capitalista. Engels diz o seguinte:

> Lá, onde começa a história, deve começar também o processo de reflexão; e o desenvolvimento posterior desse processo não será mais que a imagem refletida, de forma abstrata e teoricamente consequente, da trajetória; uma imagem refletida corrigida, porém corrigida de acordo com as leis próprias da trajetória histórica; e, assim, cada fator pode ser estudado no ponto de desenvolvimento de sua plena maturidade (Engels 2008 [1859], 283).

A resenha de Engels merece ser estudada separadamente, pois caracterizações como as de Michael Heinrich acabam deixando de lado *insights* importantes do amigo e colaborador de Marx. Engels não simplesmente diz que *O Capital* é um livro sobre o desenvolvimento histórico do capitalismo, mas ressalta que Marx lança luz à tensão constitutiva entre uma aparente lógica civilizacional burguesa e a história da exploração humana no decorrer do capitalismo. Em Marx, as determinações que condicionam a reprodução social devem ser consideradas em suas especificidades históricas. A história é, portanto, a condição de possibilidade da reprodução da "forma ideal" do capital, mas também o lugar do discurso político e da luta de classes, através da qual essa forma pode ser superada em suas contradições internas.

No entanto, o trecho acima colabora para a leitura de Heinrich de que Engels sugere uma interpretação equivocada de *O Capital*. Marx não fala de uma forma de relação primitiva de trocas de mercadorias, a qual remonta aos primórdios do comércio. Do início ao fim dos três livros, o que norteia a exposição de Marx é a apresentação crítica (*Darstellung*) das categorias que fundamentam o sentido dos modos de circulação e produção de mercadorias na sociedade civil-burguesa (*bürgerliche Gesellschaft*)[7] – tais como a mercadoria, o valor de troca, o valor, o dinheiro, o capital, entre outros. Trata-se de expor a forma de reprodução social do capital em geral, e não uma manifestação histórica específica do capitalismo, ou uma história do desenvolvimento do comércio, de sua forma mais simples e "primitiva" a mais complexa.

No século XX, a interpretação de que *O Capital* é uma obra de foco histórico, como apresenta Kautsky em seu resumo do livro I (Heinrich 2024, 42), nasce no seio das reflexões sobre um novo modelo de dominação econômica. As metamorfoses nas condições mundiais da dominação capitalista também se tornam objeto de estudo de Lênin. No contexto da Primeira Guerra

[7] A acepção do termo sociedade civil-burguesa (*bürgerliche Gesellschaft*) em alemão indica tanto a ideia de "sociedade civil" quanto a de "sociedade civil-burguesa". Em alemão é acentuada a indissociabilidade semântica entre a ideia de "sociedade burguesa" e o aparato jurídico da forma moderna de Estado, especialmente no período entre 1830 e 1860. Na forma social burguesa, o reconhecimento da cidadania chancela a possibilidade de participar do mercado como esfera autônoma da sociedade civil, independente à família e ao Estado. Para uma explicação da história do conceito de sociedade civil-burguesa, ver Koselleck (2020, 415).

Mundial, Lênin indica que o capitalismo havia saído de sua fase industrial e concorrencial e entrado em uma nova fase, a fase imperialista. Em *Imperialismo, estágio superior do capitalismo* (2021 [1916]), Lênin opera uma crítica à formação dos monopólios baseada na concentração de renda, na fixação de preços e na alteração dos papéis dos bancos, os quais passam de intermediários de investimentos a representantes dos interesses monopolistas. Trata-se, ainda, de uma crítica que tem por fundamento e ponto de partida a lei da concentração e centralização de capital de Marx.

O embate ao redor do objeto de análise de *O Capital* caracterizou-se por aqueles que enfatizaram como a obra capturava o fenômeno histórico do capitalismo industrial, e aqueles que apontam para o texto como exposição crítica das condições de inteligibilidade do capital de modo geral. Vê-se como esse embate tem uma longa história, a qual remete ao período de publicação da obra de Marx. Entretanto, o problema adquire maior complexidade nos anos de 1910 a 1930. Nesse período, como se pode ver com Rugitsky (2017), discute-se como foi possível a ascensão do modelo de planificação econômica da União Soviética, as causas da crise de 1929 e a impossibilidade de manutenção do modelo de *laissez-faire* na Europa e nos Estados Unidos.

Entre os anos de 1930 e 1940, a visão da economia como forma essencial da dominação social é abertamente questionada por Friedrich Pollock. Economista de formação, Pollock era ligado ao Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt e foi por um tempo administrador das finanças da instituição, a qual também estavam ligados Adorno e Horkheimer, o último na condição de diretor à época.[8]

Pollock desenvolve a ideia de que os anos 1930 indicam uma transição para o capitalismo de Estado como modelo de gestão social. Com os quatro artigos que publica na Revista do Instituto de Pesquisa Social entre 1932 e 1941,[9] ele coloca em xeque se o capitalismo ainda poderia ser analisado do mesmo modo como havia sido feito por Marx. Pollock questiona se a condição essencial de reprodução da sociedade continua a ser baseada na exploração e precarização do trabalho e da vida do trabalhador, na medida em que a figura de um Estado interventor se faz presente nas experiências do socialismo real, do nacional-socialismo e mesmo do governo Roosevelt, com o *New Deal*. Em *Capitalismo de Estado: suas possibilidades e limitações* (1941), Pollock diz o seguinte:

> O genuíno problema de uma sociedade planejada não está na esfera econômica, e sim na esfera política, nos princípios a serem aplicados ao decidir quais necessidades devem ter preferência, quanto tempo deve ser despendido para o trabalho, quanto do produto social deve ser consumido e quanto deve ser usado para expansão, etc. (Pollock 2019 [1941], 94).

A tese de Pollock visa demonstrar que a dominação econômica terminou de ser suplantada pela dominação política nos anos 1940, com o modelo de economia de guerra do nacional-socialismo e a ascensão de uma nova ordem mundial. Para o economista, a incorporação de um Estado ativo na *distribuição* de capital limita o poder do proprietário individual e expande o poder da administração técnica no interior dos monopólios. Como explica de Caux, "se tornou possível manipular de maneira técnico-científica consciente os processos econômicos como um todo" (de Caux 2021, 86).

---

[8] Cf.: Martin Jay (2008) e Aubert; Nobre (2025).
[9] Cf.: Fleck; de Caux (2019).

Pollock (2019 [1941]) acaba questionando a atualidade da teoria do valor desenvolvida por Marx em *O Capital*. Para Marx, não há elementos exógenos à dominação econômica na sociedade burguesa, pois a finalidade da reprodução social como um todo é o interesse de lucro do capitalista. O atendimento ou não das necessidades humanas se torna apenas um sintoma da reprodução, acumulação e expansão de capital. Pollock, por outro lado, acredita ser possível, em uma economia planejada, orientar o processo produtivo à produção de valores de uso. Há, então, um elemento "não econômico", desvinculado do interesse de lucro, capaz de orientar um plano geral de produção e distribuição completa dos recursos necessários à organização e reprodução social.

Apesar de ter dedicado, com Horkheimer, a *Dialética do Esclarecimento* (1947) a Pollock, Adorno não adere à tese sobre a natureza política da dominação social. Segundo Pollock, o modelo interventor de Estado é uma resposta necessária às tendências de concentração de capital e fixação de preços pelos monopólios, o que acaba por suplantar a forma anterior da autonomia completa do capital privado concorrencial. Isso dá espaço à ascensão da autoconsciência humana em relação ao processo social total, o processo econômico. O Estado, então, passa a poder manipular as tendências econômicas. Contudo, na visão de Adorno, a autoconsciência humana na figura do Estado é apenas aparente. Em *A Imanência da Crítica* (2021), de Caux traz uma análise detalhada da posição de Adorno, para qual a gestão consciente da economia social é "ela mesma determinada subcutaneamente pela contradição econômica essencial" (de Caux 2021, 289).

Em uma famosa carta a Horkheimer em 1941, quando comentava com o amigo sobre o artigo de Pollock acerca das limitações e possibilidades do capitalismo de Estado, publicado na Revista do Instituto de Pesquisa Social daquele ano, Adorno menciona que o capitalismo administrado de Pollock representa uma inversão de *O Processo* (1997 [1925]), de Kafka: "Kafka apresentou a hierarquia dos escritórios como o inferno. Aqui, o inferno se transforma numa hierarquia de escritórios" (Adorno *apud* Fleck; de Caux 2019, 143). Ele prossegue: "o todo é formulado de modo tão tético e, em sentido husserliano 'a partir de cima', que prescinde completamente de impressividade, isso sem falar no pressuposto não-dialético de que seria possível uma economia não antagonista em uma sociedade antagonista" (Adorno *apud* Fleck; de Caux 2019, 143).

Na troca de cartas com Horkheimer, é possível ver algumas reservas de Adorno com a formulação de Pollock. Adorno não se convence pela tentativa do economista de fundamentar o capitalismo de Estado como um tipo ideal e, portanto, como um *modelo* democrático de gestão social a ser discutido quanto à sua viabilidade e aplicação. Ele menciona que Pollock está tentando formular as condições para uma "economia não antagonista", ou seja, uma economia orientada para a satisfação humana, sem considerar que a forma de reprodução social burguesa se estabilizou com a contradição entre a igualdade formal dos indivíduos e a desigualdade na distribuição de propriedade.[10] A sociedade antagonista se reproduz sob a tensão permanente dos interesses de classe dos

[10] A questão da desigualdade na distribuição de propriedade é tematizada por Marx em seu famoso capítulo 24 do livro I de *O Capital*, em que o autor versa sobre o fenômeno da acumulação original, associada, entre outros fenômenos, à política dos cercamentos na Inglaterra pré-industrial.

trabalhadores, portadores da força de trabalho, e dos proprietários, donos dos meios de produção.

A "sociedade antagonista" tem por princípio dinâmico o antagonismo entre capital e trabalho, condição plenamente estabelecida com a ascensão do capitalismo industrial. Retrospectivamente, o período entre 1780 e 1830 é entendido como a transição de uma economia moral, com os privilégios senhoriais e a sociedade estamental da Europa central pré-revolucionária, para uma economia política dos Estados nacionais e mercados internacionais ainda em vigência, orientada pela dominação econômica do trabalho.[11] Na visão de Adorno, a necessidade de produzir ciência não pode ser compreendida apenas como aspecto da condição humana, mas como carência social integrada ao desenvolvimento historicamente específico do trabalho na sociedade civil-burguesa. Entenderemos isso melhor a seguir.

O TRABALHO ABSTRATO COMO FUNDAMENTO DA SOCIEDADE BURGUESA

Theodor Adorno, um dos principais nomes da teoria crítica contemporânea, insiste que uma crítica do capitalismo tardio (*Spätkapitalismus*) deve se dar nos termos de uma crítica imanente das dualidades ou, mais precisamente, dos antagonismos constitutivos do pensamento moderno burguês – parte e todo, forma e conteúdo, quantidade e qualidade, imediatidade e mediação, essência e aparência, dualismo e identidade, teoria e prática. Essa crítica às determinações que estruturam o autorreconhecimento do pensamento moderno é elaborada por Adorno em sua *Dialética Negativa* (1966), e é dividida em três partes: uma crítica das pretensões de verdade da filosofia prática, da filosofia da história e da ontologia fundamental.[12]

No entanto, apenas a *Dialética Negativa* não é suficiente para explicar por que os anos 1960 são expressão de uma história humana que continua acorrentada "às rochas do passado" (Adorno 2009 [1966], 50). É preciso considerar o desenvolvimento do projeto filosófico maduro de Adorno também através de suas aulas, conferências e ensaios. Para Adorno, a compreensão adequada da permanência das condições estruturantes do capitalismo do século XIX no capitalismo tardio (*Spätkapitalismus*) exige que se recorra à história do desenvolvimento, expansão e reprodução do capital. Isso é possível se se tem em vista os elementos que estruturam continuamente as relações sociais sob o capitalismo: o trabalho humano e o valor.

---

[11] Para uma compreensão aprofundada dessa demarcação temporal, pode-se recorrer à história social da classe operária inglesa em E.P. Thompson. Embora muito distante teoricamente do projeto de Adorno, Thompson mostra como o jacobinismo e os protestos sociais e religiosos metodistas na Inglaterra, iniciados em 1780, marcam a transição da economia moral para a economia política. Esse processo conta com a resistência ativa de grupos de trabalhadores às novas condições de exploração social, o que impulsiona o estabelecimento da consciência de classe e de grupos políticos organizados em classes a partir 1830. Thompson relata ao fim do livro: "[...] neste ponto, alcançamos os limites deste estudo, pois num certo sentido a classe operária não está mais no seu fazer-se, mas já foi feita. Transpor o limiar de 1832 para 1833 é entrar num mundo onde a presença operária pode ser sentida em todos os condados da Inglaterra e na maioria dos âmbitos da vida" (Thompson 1987b, 411).

[12] Para explicações panorâmicas do projeto da *Dialética Negativa*, cada uma resguardando suas especificidades, ver Gatti (2009); de Caux (2021); Zanotti (2019).

Em uma conferência inaugural para o 16º Congresso de Sociologia Alemã de 1968, Adorno questiona a ideia de que Marx estaria ultrapassado. A obsolescência de Marx implica considerar que a história do desenvolvimento das forças produtivas no decorrer da modernização já não mais explica por completo aquela sociedade, marcada por uma evolução sem precedentes do aparato técnico. Adorno inicia sua reflexão a partir desse contraste, ressaltando que Marx viveu o momento do "sistema desenvolvido do liberalismo" (Adorno 1986 [1968], 66): ele só pôde desenvolver uma crítica da sociedade capitalista quando o conceito de capital industrial se tornou indicativo do processo acabado de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção capitalistas na Inglaterra. No entanto, a Inglaterra é apenas exemplo de um modo de relação de poder e de reprodução social baseado na forma-mercadoria, o qual ainda estava em expansão ao redor do mundo.

Nas primeiras linhas de *O Capital*, Marx diz: O que pretendo investigar é o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e de circulação. Sua localização clássica é, até o momento, a Inglaterra. Essa é a razão pela qual ela serve de ilustração principal à minha exposição teórica" (Marx 2013 [1867], 113).

Em sua conferência, Adorno apresenta que Marx procede não apenas com um método de dedução lógica, mas com uma exposição crítica (*dialektische Darstellung*) das categorias usadas pela Economia Política para explicar as condições de autovalorização do capital. Trata-se de demonstrar se as categorias correspondem ou não ao modelo que sua própria dinâmica interna afirma corresponder. Adorno não compreende o método de Marx como um modelo ideal da reprodução do capital, mas como uma crítica da lógica social que se manifesta discursivamente através das categorias da Economia Política. Essa lógica possui uma forma de reprodução ideal, no plano do discurso da ciência econômica,[13] e uma forma de manifestação real, no terreno da história da sociedade burguesa e da luta de classes.

Isso quer dizer que Marx opera uma crítica imanente ao sistema capitalista, pois ele parte do material de época e dos dados dispostos previamente pela ciência econômica para expor não o movimento ideal, mas o movimento real do capital. Marx faz sua crítica partindo do entendimento geral dessa ciência, para a qual o capitalismo é um sistema que gera produção e distribuição de riqueza, pois são "criados" e distribuídos os salários, o lucro, aluguéis e outros itens de valor. No entanto, Marx demonstra como as contradições alojadas nos nexos entre as categorias da Economia Política são indicativos de uma irracionalidade essencial suspensa em uma lógica de mercado aparente. O uso de categorias como "realidade", "aparência", "essência" não são indicativos de um projeto metafísico nos escritos de Marx, mas ao contrário. Marx expõe como a crítica das formas da sociedade burguesa é imprescindível à desnaturalização das condições de sociabilidade de seu tempo.[14]

---

[13] A centralidade da Economia Política como ciência para a estruturação do Estado moderno e seu "sistema de carências" burguês já era tematizada por Hegel em suas *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito* (2022 [1821]), nos §189 – § 208. No prefácio de *Para a Crítica da Economia Política* (2021 [1859]), Marx sinaliza que a leitura da filosofia do direito de Hegel foi central para que ele passasse a se dedicar ao estudo da economia política.

[14] Para uma visão detalhada do porquê Marx e Hegel não possuem uma metafísica, mas antes uma crítica à metafísica e às determinações da sociedade burguesa, ainda que preservem, cada um ao seu modo, a metafísica como *forma de exposição*, ver Moya; León (2020).

Marx contestou o pressuposto da Economia Política Clássica de que o capitalismo é um modo de produção e distribuição de riquezas capaz de levar a humanidade ao progresso.[15] A contradição entre forças produtivas e relações de produção se tornava visível em sua época com a crescente produção de riqueza como diretamente proporcional à pauperização da vida do trabalhador.[16] Conforme apresentado em *O Capital*, essa dinâmica é o resultado da centralidade adquirida pelo trabalho na vida humana. Essa centralidade se constitui através de uma metamorfose na natureza do trabalho. O trabalho não mais consiste na relação imediata entre ser humano e natureza, pois a satisfação humana é dependente da produção capitalista e das relações de troca de mercadorias, as quais têm por fundamento o "trabalho abstrato", explicado a seguir.

Adorno constata que, se se pode demonstrar algo diferente em relação ao diagnóstico de Marx, deve-se considerar uma "intensificação da abstração objetiva a que o processo da vida social obedece" (Adorno 1986 [1968], 71). Ele relata que a impossibilidade de corresponder as formas de reprodução social a uma teoria, vivenciada entre cientistas sociais e economistas de sua época, era indicativo de que a irracionalidade da dominação econômica ainda era patente. Mesmo com o avanço técnico e a diminuição do poder dos proprietários independentes em detrimento da gestão burocrática, a separação que Friedrich Pollock indicou entre a propriedade e o controle dos meios de produção não permitia reconhecer uma "dinâmica deduzível do sistema" (Adorno 1986 [1968], 67), o que deveria ser a tendência natural em uma sociedade na qual o político superou a dominação econômica através da eficácia da técnica.

Por essa razão, Adorno afirma que a sociedade dos anos 1960 é "plenamente, uma sociedade industrial. Por toda parte e para além de todas as fronteiras dos sistemas políticos, o trabalho industrial tornou-se o modelo de sociedade" (Adorno 1986 [1968], 68). O motivo é simples e atesta a atualidade da lei do valor de Marx: "hoje como antes produz-se visando lucro" (Adorno 1986 [1968], 68). Nesse sentido, a ascensão da administração social para qual aponta o conceito de capitalismo de Estado de Pollock não é indicativo de uma autoconsciência humana sobre o processo econômico possibilitado pela técnica para Adorno, mas o inverso: trata-se do processo de "industrialização" das relações sociais em geral, de modo que as relações de produção industriais se espraiaram para o âmbito da cultura. Dessa forma, o conceito de trabalho permanece um conceito central para Adorno.

Explicar a centralidade do conceito de trabalho e suas especificidades em Adorno exige um retorno a Marx. Marx demonstra que a relação entre ser humano e natureza, com o surgimento do capitalismo, não se dá através do trabalho concreto exercido sobre o dado natural, mas é mediada pelo mercado e suas leis de troca de mercadorias. Tal ideia não é desenvolvida apenas em *O*

---

[15] Para uma compreensão geral da visão da Economia Política Clássica, consultar a coleção *Os Pensadores* (1984) que contém os escritos de Smith e Ricardo.

[16] Para uma visão ampla do problema do padrão de vida dos trabalhadores ingleses ao longo do século XIX, ver Thompson (1987). Além de expor dados surpreendentes, como a média de vida de 15 anos de idade dos trabalhadores fabris de Liverpool na década de 1840, Thompson apresenta a seguinte tese: "Em cinquenta anos de revolução industrial, a participação da classe operária no produto nacional provavelmente decresceu em relação à participação das classes proprietárias e profissionais. O trabalhador "médio" permaneceu muito próximo a um nível de mera subsistência, numa época em que se via rodeado por evidências acerca do aumento da riqueza nacional" (Thompson 1987a, 184-185).

Capital, mas também em seus *Grundrisse* (1939), texto não publicado por Marx em vida, mas decisivo para a posterior elaboração do primeiro.

No caso das obras e manuscritos de maturidade de Marx, como *O Capital* e os *Grundrisse*, é importante ressaltar que o conceito de trabalho não é assumido como dado da natureza humana, mas como forma historicamente específica de relação entre humano e natureza sob o capitalismo. Em Adorno, a centralidade que a ideia de trabalho como autossuperação racional adquire na sociedade burguesa é o que permite falar dela como "o segredo que se esconde por detrás da unidade sintética da apercepção kantiana e de todo o idealismo alemão" (Zanotti 2019, 181).

Na *Crítica da Razão Pura* (2015 [1781]) de Kant, a unidade sintética da apercepção é a capacidade humana de perceber interiormente a si mesmo como integrado ao mundo exterior. O trabalho como unidade da apercepção, tal como sugerido nos textos de Adorno, representa uma elaboração sobre uma compreensão historicizada da categoria de trabalho, em que esta é mobilizada tendo em vista: 1) a universalização da forma-mercadoria tal como diagnosticado por Marx; 2) a intensificação da dominação econômica com os monopólios no século XX; e 3) a transposição da dinâmica produtiva do mundo do trabalho para o mundo da cultura em geral.

Os três aspectos listados compõem uma teoria da modernidade capitalista presente nos escritos de Adorno. Com a modernização, o trabalho, entendido como dispêndio de energia mental e/ou braçal com uma finalidade previamente estabelecida, é o meio da universalização da forma-mercadoria, pois assume centralidade na vida cotidiana de todos os indivíduos através do processo de proletarização e sincronização da produção de mercadorias.[17]

No capitalismo, esse conceito passa a representar não apenas o dispêndio de energia humana, mas a própria mediação entre o processo cognoscitivo do indivíduo e os materiais da realidade exterior. Cabe salientar que a história da expansão da forma-mercadoria ao redor do mundo tem, para Adorno, sua origem na abstração do trabalho como substância de valor que confere um sentido aparente à circulação de mercadorias, com o prejuízo de destituir o trabalho de seu sentido original, o qual indica um processo de dominação e superação consciente da natureza.

Antes de prosseguir com aquilo que interessa diretamente a Adorno, é importante que se explique o que é trabalho abstrato, pois trata-se da grande descoberta que Marx alega ter feito em *O Capital*, aquilo que o diferencia de toda a tradição da teoria do valor-trabalho.[18] Diferentemente dos pensadores da Economia Política Clássica, Marx, por sua vez, não estava interessado propriamente em compreender a troca comercial entre indivíduos, mas em demonstrar a dimensão social que caracteriza todo o trabalho e toda a produção de mercadorias no capitalismo.

[17] Sobre o processo de proletarização e sincronização do trabalho e da produção de mercadorias, ver Thompson (1998).

[18] Cf.: Heinrich (2024).

No primeiro capítulo do livro I, ele explica que a mercadoria é algo "sensível-ultrassensível" (Marx 2013 [1867], 146). A mercadoria é algo que possui valor de uso, ou seja, uma utilidade verificável pela nossa sensibilidade, mas possui também valor, uma característica invisível que faz com que todos os objetos possam ser trocados entre si e estejam disponíveis à compra. O valor é o aspecto que torna "ultrassensíveis" todas as mercadorias, pois trata-se de um elemento comum a todas elas, mas que não faz parte de seus componentes materiais.

A troca de mercadorias na sociedade capitalista – Marx mostra que o dinheiro também é, ele próprio, uma mercadoria convertida em médium universal – não é uma simples relação entre objetos permutados por possuírem alguma característica comum que permita colocá-los em relação, mas se trata de um momento da formação do valor. Marx expõe como o modo de produção capitalista não é apenas um processo técnico que serve de meio para otimizar o trabalho humano, mas o modo com o qual o valor e o capital moldam as relações sociais em geral e o uso da técnica. O modo de produção capitalista cria uma inversão no sentido do trabalho e no uso da técnica: torna o indivíduo meio para a produção de valor e a técnica uma dimensão heterônoma da vida.

Segundo Marx, para diferentes mercadorias aparentarem possuir uma propriedade que as torne permutáveis, o trabalho abstrato, reconhecido por ele como uma condição puramente lógica no interior da forma-mercadoria, se manifesta socialmente *no ato da troca entre mercadorias*, por meio da média do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias trocadas.

O tempo de trabalho socialmente necessário é uma média de tempo para a produção de uma mercadoria em relação ao trabalho social total. Esse tempo social da produção impõe aos trabalhadores a sincronização do trabalho e da jornada. O tempo de trabalho socialmente necessário é imposto previamente pela dinâmica de preços do mercado, e não pelo processo produtivo e por aqueles que o fazem.[19] As alterações no tempo de trabalho produtivo, por outro lado, geram mudanças na grandeza de valor das mercadorias, pois o valor de uma mercadoria expressa "apenas a quantidade de trabalho nela contida" (Marx 2013, 123).

O tempo de trabalho para a produção de uma mercadoria específica é sempre medido em relação ao trabalho social total. Trata-se de uma média de tempo imposta aos processos produtivos. Contudo, a possibilidade de atribuir uma qualidade comum aos objetos só pode se dar na circulação das mercadorias, pois elas sozinhas não contém esse aspecto comum. Atribui-se a objetos diferentes o trabalho abstrato como propriedade comum por meio da medição do tempo de todos os diferentes trabalhos necessários para a produção das mercadorias, mas também da *fetichização da mercadoria na esfera da circulação*, em que essa última aparece, à nível fenomênico, como objeto "sensível-ultrassensível", um objeto capaz de encarnar o valor.

O trabalho abstrato é manifestação da relativa autonomia da circulação de mercadorias em relação ao trabalho concreto que as conferiu a condição de objetos úteis. Por isso, é um conceito chave para compreender por que "a teoria do valor apreende 'a verdade da lei de apropriação' da formação social capitalista e não se aplica a outras sociedades" (Postone 2014 [1993], 157). Em *Tempo,*

[19] Essa média é afetada pelas condições laborais, como o tempo para uma colheita, e/ou pelas condições climáticas e tecnológicas, as quais podem fazer os trabalhadores produzirem mais ou menos mercadorias em um certo tempo.

Trabalho e Dominação Social (1993), Moishe Postone debruça-se a fundo sobre essa questão, mostrando como a crítica de Marx à Economia Política Clássica baseia-se, sobretudo, na postulação dos economistas de que o mercado e o valor são elementos transhistóricos das relações humanas. Sua teoria do valor demonstra a dimensão social e historicamente específica do trabalho explorado como fundamento das relações de classe na sociedade capitalista.

O que é central em relação à exposição sobre o trabalho abstrato consiste naquilo que Adorno, em seu ensaio "Aspectos", presente em *Três Estudos sobre Hegel* (1963), resume do seguinte modo: "a absolutização do trabalho é a absolutização de classes" (Adorno 2013 [1963], 101). O que procurei ressaltar é que apenas na condição histórica de uma sociedade de mercado capitalista, em que trabalho abstrato é substância de valor, o trabalho se torna fundamento universal das relações materiais.

Com isso, a universalidade do trabalho na vida humana é a universalidade da sociedade de classes, bem como a universalidade da relação de dominação econômica do humano sobre o humano e sobre a natureza. Aquele que produz, produz para o mercado e para a manutenção do processo produtivo, e não para si mesmo. O trabalho privado, típico da sociedade capitalista, exclui necessariamente o trabalhador de se reconhecer plenamente no trabalho por ele executado. O trabalho não serve de meio para os fins do trabalhador, mas do capital, como se o processo social total adquirisse uma subjetividade própria e alheia aos indivíduos.

Para sintetizar a questão, pode-se lembrar da caracterização de Marx do capital como um "vampiro". Marx menciona alguns dos conceitos de *O Capital* que busquei reconstruir brevemente:

> O capital tem um único impulso vital, o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga. O tempo de trabalho que o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou do trabalhador. Se este consome seu tempo disponível para si mesmo, ele furta o capitalista (Marx 2013 [1867], 392).

O problema com o qual Adorno se confronta em sua conferência aos sociólogos alemães diz respeito à suposição de uma nova aparência aquirida pelo capitalismo durante as décadas de 1950 e 1960. À época, questionava-se o diagnóstico de que o desenvolvimento das forças produtivas geraria a pauperização que, para Marx, agravaria os conflitos de classe. Adorno diz: "Certos prognósticos da teoria de classes – como o da pauperização e a do colapso – não ocorreram de modo tão drástico quanto se deve entendê-los se não for para privá-los do seu conteúdo; só de modo cômico se pode falar em pauperização relativa" (Adorno 1986 [1968], 63).

O ápice do modelo fordista de produção, a popularização massiva de bens de consumo, os baixos preços dos barris de petróleo, causavam a impressão de que a revolução tecnológica ocorrida nesse período permitia com que se precisasse "cada vez mais de maciços investimentos e cada vez menos gente, a não ser como consumidores" (Hobsbawm 1995, 262). No caso do fordismo, é salutar o modelo de alta produtividade e bons salários dos funcionários das fábricas da Ford nos Estados Unidos, por exemplo.

O trabalhador foi incorporado à sociedade na Europa central porque, além do acesso aos bens de consumo, vivencia também melhorias nas condições de trabalho. Aquilo que Adorno ironicamente chama de "era de ouro" do capitalismo é marcada pela intensificação do desenvolvimento da técnica, e as forças produtivas passam a, aparentemente, depender menos do trabalho humano. O filósofo reconstrói a tese que visa demolir, relatando que "a relação social que outrora definia o capitalismo, a metamorfose do trabalho vivo em mercadoria e, desse modo, a contradição de classes, perdeu relevância" (Adorno 1986 [1968], 63).

Adorno compreende que o modelo do *welfare state* provocou mudanças profundas no quadro da luta de classes das sociedades democráticas. Ele explica que, conforme o trabalhador foi integrado à sociedade burguesa, a consciência proletária não é mais o meio de denúncia da exploração da força de trabalho e da coisificação das relações de produção.[20] Contudo, Adorno indica que o capitalismo dos anos dourados não havia deixado de ser uma sociedade de classes, pois "a classe é definida pela posição quanto aos meios de produção, e não pela consciência de seus membros" (Adorno 1986 [1968], 65). Ele relata que os meios de produção continuavam sendo chancelados pela propriedade privada e pelo reconhecimento formal de autonomia e igualdade que possibilitam a sociedade de mercado, ainda que seu diagnóstico dialogue com algumas das percepções de Pollock sobre a dinâmica monopolista.[21]

O TRABALHO DA RAZÃO COMO CRÍTICA HISTÓRICO-FILOSÓFICA DA SOCIEDADE CIVIL-BURGUESA

A despeito das peculiaridades das décadas de 1950 e 1960, Adorno reitera como ainda se vivia sob o antagonismo entre capital e trabalho. Ele compreende esse antagonismo a partir da dialética entre forças produtivas e relações de produção. As relações de produção são baseadas na forma de propriedade, no controle do trabalho e na distribuição de mercadorias. As forças produtivas, por outro lado, estão resumidas na capacidade material, técnica e humana disponível para produzir mercadorias. Esses dois polos do desenvolvimento do modo de produção capitalista precisam ser reconsiderados levando em conta as novas condições proporcionadas pelo capitalismo tardio em sua época.

---

[20] É fundamental frisar o contraste que Adorno faz entre seu diagnóstico e o diagnóstico de Lukács em *História e Consciência de Classe* (2018 [1923]). Se, para Lukács, o proletariado na década de 1920 era o "sujeito-objeto idêntico" da história, capaz de romper com a contradição entre capital e trabalho e, com isso, com os dualismos da consciência burguesa que perfazem o entendimento total da experiência capitalista, Adorno já não compartilha com Lukács da mesma expectativa. Na *Dialética Negativa* (1966), bem como em textos e conferências anteriores, Adorno expõe que as expectativas de insurgência social revolucionárias estariam temporariamente bloqueadas.

[21] Pode-se dizer que Adorno admite, em consonância à tese de Pollock, que a propriedade privada perde parte sua parte de centralidade em relação aos processos burocrático-administrativos na transição do liberalismo clássico para o capitalismo monopolista. No entanto, ele salienta: "A dominação sobre seres humanos continua a ser exercida através do processo econômico. Objeto disso já não são mais as massas, mas também seus mandantes e seus apêndices. [...] A muito discutida questão relativa à *managerial revolution* [revolução dos executivos], referindo-se à suposta passagem do poder dos proprietários jurídicos para a burocracia, é uma questão secundária em relação a isso" (Adorno 1986 [1968], 67).

Em sua conferência de 1968, as relações de produção são apontadas como um elemento estático da sociedade, pois foram plenamente incorporadas ao processo de racionalização e desenvolvimento técnico capitalista. Por isso, há uma indissociação aparente entre forças produtivas e relações de produção, bem como o alastramento do produtivismo às outras formas de sociabilidade e trabalho para além da dinâmica fabril. Nos anos 1940, já aparecia nos textos de Adorno a reafirmação da dinâmica monopolista. Os conflitos permanentes no interior da dominação econômica monopolista permitiam a Adorno dizer que não há uma unidade social consciente, mas uma estrutura de poder repleta de fraturas: "A história é, segundo a imagem da última fase econômica, a história dos monopólios. Segundo a imagem da usurpação manifesta, praticada hoje pelos líderes do capital e do trabalho em harmonia, ela é a história das lutas entre bandos, *gangs* e *rackets*" (Adorno 2020 [1942], 265).

Adorno compartilha com Horkheimer uma teoria dos *rackets*, com a qual é possível entender por que não há uma primazia do político, prevalecendo a dominação econômica. Diferentemente de Pollock, para quem a elite corporativa controla o novo modelo capitalista e as relações de produção a partir da gestão técnica e eficiente, Adorno fala em grupos políticos que atuam no limite da lei "para consolidar a cartelização em um determinado campo econômico" (Fleck; de Caux 2019, 144).

Para Franz Neumann, que entrou em conflito com a tese de Pollock através da publicação de *Behemoth: estrutura e prática do nacional-socialismo* (1942), o caso mais exemplar dessa situação é o nacional-socialismo. A tese dos *rackets* pode aproximar as visões de Horkheimer e Adorno à posição de Neumann, para quem "o nacional-socialismo é – ou tende a se tornar – um não-Estado, um império da desordem e da anarquia" (Jay 2008, 219).

Adorno demonstra a atualidade da crítica de Marx à ciência econômica convertendo-a em base da teoria crítica da sociedade. As contradições entre a teoria de Marx e a realidade, segundo ele, não podem ser consideradas "como falhas do pensamento" (Adorno 1986 [1968], 65) que se deveria buscar eliminar "pela univocidade da sistemática científica" (Adorno 1986 [1968], 65). Quanto a isso, ele diz:

> Ao invés disso, há de acompanhar e rastrear esses erros até a própria estrutura, que sempre foi antagônica desde que existe sociedade em sentido estrito e que assim também continuou a ser, como demonstram agudamente os conflitos na política externa e a possibilidade permanente da catástrofe da guerra e, há pouco, a invasão da Tchecoslováquia pelos russos. Isso é desconhecido pelo pensamento que se esgota em alternativas e que incessantemente projeta a não-contradição da lógica formal sobre o objeto do pensamento. Não se trata de escolher conforme um ponto de vista ou gosto científico uma das duas fórmulas; mas, por sua vez, a relação entre elas expressa a contradição que caracteriza a atual fase (Adorno 1986 [1968], 65).

O pensamento dialético, em vez de questionar o que é a sociedade contemporânea a partir de um dualismo aparente entre dois modelos sociais diferentes, "sociedade industrial" e "capitalismo tardio", recaindo em um "gosto científico" que projeta um modelo explicativo prévio, permite compreender as tendências do capitalismo de sua época, aquilo que permaneceu e mudou nas forças produtivas e nas relações de produção desde a ascensão do capitalismo globalizado.

Entre os anos 1940 e 1960, diante da impotência da consciência proletária que levaria à revolução, o terreno da filosofia da história se torna um campo fértil de consideração do sentido do presente, de padrões de sociabilidade e do que pode vir a ser o futuro. O problema, para Adorno, passará a ser como pensar um futuro emancipado sem incidir em uma determinação prévia do mesmo.[22] No entanto, não há em Adorno uma estrutura antropológica da experiência humana, como em Koselleck (2006 [1979]), mas uma reconstrução histórica do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Esses conceitos refletem as transformações históricas do capitalismo. Para Adorno, não se pode indagar sobre as condições para um futuro emancipado sem a consideração do estágio atual do desenvolvimento econômico.

Adorno questiona se há horizonte de emancipação do indivíduo após o fracasso das insurgências proletárias de esquerda na Alemanha da República de Weimar e após o recrudescimento de regimes autoritários nos anos 1930. Para compreender essa indagação patente em Adorno e como ele mobiliza um problema de ordem existencial com questões sociais e econômicas, é possível recorrer não só ao debate no interior do marxismo, mas à reconstrução que Marx faz do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção do século XVI ao XIX nos manuscritos de Bruxelas. Nesses fragmentos, publicados como *A Ideologia Alemã* apenas em 1932 pelo Instituto Marx-Engels de Moscou, tem-se o mais próximo que Marx elaborou de uma teoria da história da sociedade burguesa. Essa teoria da história pode ser relevante para um entendimento aprofundado do projeto de Adorno, que teve contato com esses documentos.[23]

Marx e Engels escreveram os manuscritos de Bruxelas durante os anos de 1845 e 1846. Os fragmentos não foram publicados por eles em vida. Ao criticar a antropologia feuerbachiana como uma análise contemplativa da natureza e da consciência humana, Marx evidencia a importância de se compreender a história humana da perspectiva da "produção da vida". Segundo ele: "A soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e, portanto, a "história da humanidade" deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas" (Marx 2007, 34).

Marx recorre à ideia de indústria, a qual tem sua origem na longa história da ideia de técnica. A modernização como história do desenvolvimento técnico da indústria e, paralelamente, da intensificação das trocas comerciais e da exploração monocultora da terra, culmina, como ele expõe anos depois em *O Capital*, na generalização da forma da mercadoria em escala global.[24]

---

[22] Esse talvez seja o princípio ético da *Dialética Negativa* e a força motriz da dialética de Adorno, celebremente exposta no seu prefácio ao livro: "A expressão 'dialética negativa' subverte a tradição. Já em Platão, 'dialética' procura fazer com que algo positivo se estabeleça por meio do pensamento da negação; mais tarde, a figura de uma negação da negação denominou exatamente isso. O presente livro gostaria de libertar a dialética de tal natureza afirmativa, sem perder em nada em determinação" (Adorno 2009 [1966], 4).

[23] Na aula 14 de *História e liberdade* (2006 [1964-1965]), intitulada "A história da natureza", Adorno menciona uma passagem de Marx na *Ideologia Alemã* em que o último, nas palavras de Adorno, diz que "nós conhecemos apenas uma ciência, a ciência da história. É possível olhar para dois lados da história e dividi-la entre história da natureza e história da humanidade. Os dois aspectos são, no entanto, inseparáveis. A história da natureza e a história humana são dependentes uma da outra enquanto o ser humano existir" (Adorno 2009 [1964-1965], 122).

[24] "A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma 'enorme coleção de mercadorias', e a mercadoria individual como sua forma elementar" (Marx 2013, 157).

Nos manuscritos de 1845-1846, Marx esclarece que:

> quanto mais no curso desse desenvolvimento se expandem os círculos singulares que atuam uns sobre os outros, quanto mais o isolamento primitivo das nacionalidades singulares é destruído pelo modo de produção desenvolvido, pelo intercâmbio e pela divisão do trabalho surgida de forma natural entre diferentes nações, tanto mais a história torna-se história mundial [...] essa transformação da história em história mundial não é um ato abstrato da "autoconsciência", do espírito mundial [...] mas sim uma ação plenamente material, empiricamente verificável, uma ação da qual cada indivíduo fornece a prova, na medida em que anda e para, come, bebe e se veste. [...] os indivíduos singulares, com a expansão da atividade numa atividade histórico-mundial, tornaram-se cada vez mais submetidos a um poder que lhes é estranho [...], um poder que se torna cada vez maior e que se revela, em última instância, como mercado mundial (Marx 2007, 40).

Marx diagnostica que a relação de dominação do ser humano com a natureza, através da modernização, submeteu, inversamente, as relações humanas ao mercado internacional. Essa é, em Marx, a origem da natureza dialética da história mundial. Tal condição histórica é destacada por Marx na década de 1840 e é um pressuposto de análise em *O Capital*.

Marx explica em seus manuscritos que foi a intensificação do comércio nos séculos XVII e XVIII que condicionou o desenvolvimento da indústria manufatureira internacional como a primeira manifestação do modo de produção capitalista. No entanto, a indústria manufatureira também expande as possibilidades do comércio, de modo que o protecionismo de Estado surge para regular o comércio. O Estado adquire consciência do comércio através da ciência econômica, na figura das escolas dos fisiocratas no século XVII e da Economia Política Clássica nos séculos XVIII e XIX.

A experiência moderna, portanto, é possibilitada pelo desenvolvimento da indústria e da consciência técnica especializada como meios principais de exploração da natureza. Com o desenvolvimento das forças produtivas, é preciso que as relações de produção existentes se adaptem às mudanças produtivas, de modo que as relações de produção possam sofrer alterações e estejam fadadas às imprevisibilidades da história humana. No caso das forças produtivas, as alterações nas relações de produção são necessárias à manutenção da produção em geral. Isso desmente a ideia de que para Marx há simplesmente um determinismo das condições de produção sobre as relações sociais.

Porém, Marx cria a hipótese de que há uma tendência, no interior das estruturas da sociedade industrial, de que as forças produtivas se tornem forças destrutivas. Nos manuscritos de Bruxelas, Marx lança a ideia de que a progressiva sofisticação das forças produtivas gera mais concentração de riqueza, mas também mais exploração e pauperização, tornando possível a tomada de consciência da classe trabalhadora em relação à dominação capitalista. O não cumprimento desse diagnóstico é o que exige que Adorno repense a dialética entre forças produtivas e relações de produção. Marx escreve o seguinte quanto a essa questão:

> No desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição (maquinaria e dinheiro) – e, ligada a isso, surge uma classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens e que, expulsa da sociedade, é forçada à mais decidida oposição a todas as outras classes; uma classe que configura a maioria dos membros da sociedade e da qual emana a consciência da necessidade de uma revolução radical (Marx 2007, 41).

Como já pontuado, Adorno percebe que as forças produtivas, embora continuassem a se desenvolver, não levaram às mudanças necessárias nas relações de produção para a tomada de poder pelo proletariado e a abolição da produção baseada na propriedade privada. Adorno afirma que "em vista de tal desenvolvimento técnico, as relações de produção se revelaram mais elásticas do que Marx imaginara" (Adorno 1986 [1968], 63). A "elasticidade" das relações de produção é mencionada ironicamente e em relação ao desenvolvimento técnico, pois para Adorno as relações de produção se ossificaram nas formas de pensamento disponibilizadas pela sociabilidade capitalista, e o progresso da técnica não se revelou consciência socialmente regulada do uso da técnica. A racionalização técnica incorporou ao capitalismo monopolista o elemento antes "dinâmico", as relações de produção, em que se instalava a possibilidade da luta de classes e da manifestação da consciência proletária.

Quero ressaltar que Adorno está de acordo com Marx e a compreensão de que é o modo de produção que produz a sociedade. Apenas desse ponto de vista Adorno pode reafirmar a manutenção da antinomia entre capital e trabalho. Sobre o diagnóstico das forças destrutivas, Adorno constata que: "demasiado otimista era a expectativa de Marx de que seria historicamente certo um primado das forças produtivas, que necessariamente romperia as relações de produção [...] característica marcante de nossa época é a preponderância das relações de produção sobre as forças produtivas" (Adorno 1986 [1968], 69).

No capitalismo tardio, conforme a técnica se torna mais avançada, desaparece da experiência imediata a diferença entre forças produtivas e relações de produção. As relações de produção passam a até mesmo a controlar e impedir, após a *managerial revolution*, o desenvolvimento tecnológico para as finalidades rentistas dos monopólios em relação ao mercado. Ao explicar a dinâmica de indiferenciação entre forças produtivas e relações de produção, Adorno está querendo chamar atenção para o fato de que a reificação social se intensificou.

Vê-se como, 100 anos depois da crítica da economia política de Marx, Adorno reitera que "a dominação sobre os seres humanos continua a ser exercida através do processo econômico" (Adorno 1986 [1968], 67). A dominação econômica incide sobre o trabalho humano através da coisificação das relações de produção e, na década de 1960, das relações sociais como um todo, na medida em que a forma-mercadoria permanece como forma elementar da racionalização na sociedade capitalista. No entanto, Giovanni Zanotti aponta que o horizonte da filosofia de Adorno será o "de uma possível autossuperação da razão como trabalho" (Zanotti 2019, 171).

Na *Dialética Negativa*, o pensamento filosófico é caracterizado, conforme expõe Zanotti, pela "duplicidade de emancipação e sofrimento que caracteriza todo trabalho" (Zanotti 2019, 171). Em diálogo com Hegel e Marx, Adorno desenvolve a tese de que "o trabalho social organizado, com sua capacidade de humanização da realidade, é o verdadeiro fundamento da universalidade da

razão" (Zanotti 2019, 181). Uma autocrítica da racionalidade filosófica entendida como trabalho do pensamento sobre si mesmo tem por objetivo expor o potencial crítico e os limites dos conceitos filosóficos na forma da relação entre sujeito e objeto, em direção à rememoração da ideia original de trabalho como superação consciente da natureza.

Em Adorno, a reflexão filosófica se transforma em crítica do caráter paradoxal da humanização e desumanização do trabalho do pensamento. O trabalho, em sua acepção original, representa uma forma de dominação e superação das contingências da natureza. No entanto, sob o capitalismo, o trabalho é, também, representativo da exploração humana e da redução do humano a um objeto que serve à autovalorização do capital. Trata-se, portanto, de compreender, por meio do trabalho reflexivo do pensamento sobre si, as possibilidades de superação da desumanização e da impotência que acometem o pensamento filosófico e a racionalização social para a constituição de uma sociedade emancipada.

Na *Dialética Negativa*, Adorno aborda da seguinte forma a incompletude do exercício da liberdade humana no regime de racionalização moderno:

> A mesma *ratio* que, em sintonia com o interesse da classe burguesa, tinha destruído a ordem feudal e a figura espiritual de sua reflexão, a ontologia escolástica, sentiu medo do caos ao se ver diante dos destroços da própria obra. (...) o modo de procedimento constitutivo do pensamento burguês em seu conjunto, (...) consiste em neutralizar rapidamente todo o passo em direção à emancipação por meio do fortalecimento da ordem. À sombra da incompletude de sua emancipação, a consciência burguesa precisa temer vir a ser anulada por uma consciência mais avançada; ela pressente que, por não ser toda a liberdade, só reproduz a imagem deformada dessa última (Adorno 2009 [1966], 23).

Em "Reflexões sobre a teoria de classes" (1942), escrito durante a IIGM e não publicado, Adorno já relatava que a impotência dos trabalhadores para proclamar uma revolução não tinha sido prevista pela teoria social. Chama atenção, no entanto, a menção que faz à desumanização como fenômeno que acomete não apenas as condições a que eram submetidos os trabalhadores nas fábricas, mas também a formação técnica e teórica, algo que elabora mais detidamente duas décadas depois, na *Dialética Negativa*. No ensaio de 1942, ele diz que "a ideia de impotência não é estranha à teoria. Ela aparece sob o nome da desumanização" (Adorno 2008 [1942], 270).

Segundo Adorno, o complexo industrial do capitalismo moderno submeteu os trabalhadores não apenas à exploração de sua força física, mas também à "deformação da consciência" (Adorno 2008 [1942], 270). É por essa razão que a reflexividade filosófica mantém relevância. Se, no capitalismo monopolista, a experiência conflitiva de classe foi neutralizada com a integração do trabalhador à sociedade nos anos 1960, a teoria deve ser vertida em crítica da perpetuação da injustiça social se se pretende como *locus* formativo para uma experiência intelectual autônoma.

As categorias filosóficas da história da metafísica – como ser, mediação, qualidade, quantidade, essência e aparência – continuam fundamentais à autocompreensão dos princípios da racionalização social como modo de pensamento metodicamente regulado e conformado aos fins da reprodução social. No entanto, em Adorno, o trabalho da razão sobre si tem por finalidade a autossuperação de toda a racionalidade baseada no trabalho e a abolição da sociedade de classes. Desse modo, ele desloca a reflexão da teoria do

conhecimento para a filosofia da história. Destaca-se a seguinte passagem da *Dialética Negativa*: "Somente um saber que tem presente o valor histórico conjuntural do objeto em sua relação com os outros objetos consegue libertar a história no objeto; atualização e concentração de algo já sabido que transforma o saber" (Adorno 2009 [1966], 151).

Para Adorno, o trabalho do pensamento sobre si mesmo habilita a formação intelectual (*Bildung*) para a autocompreensão e crítica da exploração e disciplinarização do trabalho. Trata-se, portanto, de pensar um comportamento crítico em que o diagnóstico da sociedade serve de estímulo à ação.[25] Uma questão a analisar mais atentamente seriam as condições pedagógicas e formativas do trabalho da razão sobre si com o estabelecimento da sociedade de massas.[26] A atualidade de Marx, defendida no projeto filosófico de Adorno, é patente na tentativa de ambos de converter a crítica teórica, baseada no escrutínio das formas do conhecimento, em uma crítica da exploração e desumanização do trabalho.

Considerações Finais

Na *Dialética Negativa* e nos escritos tardios de Adorno que antecedem a publicação da obra, não há apenas uma consideração da história da filosofia, nas figuras da filosofia prática kantiana e da ontologia fundamental, para a elaboração de um modelo de pensamento crítico que demonstra e transcende os limites das duas formas precedentes. Adorno formula um diagnóstico de época sobre as novas tendências históricas de reprodução social e dominação no capitalismo monopolista. Na seção "Espírito do mundo e história natural", na *Dialética Negativa*, o pensador alemão traça um contraste entre a concepção de liberdade burguesa disponível nas relações materiais do capitalismo de sua época e o que a liberdade pode representar em uma sociedade emancipada da dominação de classes. A ideia burguesa de liberdade é tematizada por meio da crítica da forma jurídica do Estado moderno e de um otimismo que, segundo Adorno, teria marcado os pensadores do século XIX em relação ao desenvolvimento técnico moderno, como Hegel em suas *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito* (1821). Adorno expõe, na esteira de Marx, como o princípio formal de igualdade jurídica, em vez de preservar a liberdade, camufla a desigualdade real das relações de classe:

[25] Ao tematizar a relação entre os "fatos da consciência" e o sofrimento físico e psíquico na *Dialética Negativa*, Adorno diz, sobre o papel da crítica: "o especificamente materialista converge com aquilo que é crítico, com a práxis socialmente transformadora" (Adorno 2009 [1966], 186).

[26] O debate sobre a psicologia das massas é antigo, remetendo a Le Bonn no século XIX e Freud na primeira metade do século XX. No interior da Teoria Crítica, para Adorno, Horkheimer e Benjamin, o conceito de "massa" ganha caracterização específica, assinalando menos a postura de grupos "irracionais" e mais como a psicologia se tornou uma ferramenta política para a manipulação de grupos. Esses grupos são caracterizados pela indução de processos de despersonalização. Entre outros aspectos, Le Bonn ressalta: "O indivíduo não é mais o mesmo, mas um autômato, que não pode mais ser guiado pela própria vontade" (Le Bonn apud Machado 2025, 160). É pertinente mencionar a contribuição de Francisco Pinheiro Machado (2025) para uma compreensão do conceito de massa em Benjamin e Adorno através da correspondência de ambos na década de 1930.

> Hegel forneceu a ideologia do direito positivo porque havia urgência máxima dessa ideologia na sociedade já visivelmente antagonista. O direito é o fenômeno primordial de uma racionalidade irracional. Nele, o princípio formal da equivalência transforma-se em norma e insere todos os homens sob o mesmo molde. Uma tal igualdade, na qual perecem as diferenças, favorece sub-repticiamente a desigualdade; um mito que sobrevive em meio a uma humanidade que só aparentemente é desmitologizada (Adorno 2009 [1966], 284).

Nesse trabalho, procurei sinalizar que, para Adorno, a racionalidade moderna não indica apenas um modo particular de subjetivação, mas também assume uma forma transubjetiva que estrutura as relações sociais em um nexo comum, circunscrevendo-as às dinâmicas de dominação, poder e trabalho do capitalismo global. Disso decorre a natureza paradoxal da razão moderna, pois esse modo de racionalização comum só pode ser superado a partir de seu interior, através da compreensão e crítica de seus princípios internos e conceitos estruturantes.

Na visão de Adorno, a gestão técnico-científica das relações de produção e das forças produtivas não indica a possibilidade de uma economia voltada à produção de valores de uso e à realização plena do bem-estar do indivíduo, como sugere a visão de Friedrich Pollock (2019 [1941]) e seu modelo de capitalismo de Estado. Adorno indica a iminência da regressão da racionalização social em formas de gestão autoritárias do interesse de lucro, como no caso do nacional-socialismo. A dialética negativa de Adorno, no entanto, opera com a esperança de que a humanização do trabalho da razão possa prevalecer em um futuro de reformulação radical dos conceitos que condicionam o entendimento do humano sobre si mesmo. O valor negativo do conceito de história, como signo da inesgotabilidade das possibilidades de transformação social e emancipação, adquire um papel decisivo.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. Capitalismo Tardio ou Sociedade Industrial. *In*: COHN, Gabriel (Org.), *Sociologia: Theodor Adorno*. Tradução de Gabriel Cohen. São Paulo: Ática, 1986 [1968].

ADORNO, Theodor. *Dialética Negativa*. Traduzido por Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Zahar, 2009 [1966].

ADORNO, Theodor. *History and Freedom*: Lectures 1964-1965. Tradução de Rolf Tiedemann. Cambridge; Malden: Polity Press, 2006 [1964-1965].

ADORNO, Theodor. Reflexões sobre a teoria de classes. *Crítica Marxista*, Campinas, SP, v. 27, n. 50, pp. 259-274, 2020 [1942].

ADORNO, Theodor. *Três Estudos sobre Hegel*. Tradução de Ulisses Razzante Vacari. São Paulo: Editora Unesp, 2013 [1963].

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985 [1947].

AUBERT, Isabele; NOBRE, Marcos (Orgs.). *Os arquivos da teoria crítica*. São Paulo: Edições Sesc, 2025.

DE CAUX, Luiz Philipe. *A Imanência da Crítica*. Os sentidos da crítica na tradição frankfurtiana e pós-frankfurtiana. São Paulo: Loyola, 2021.

ENGELS, Friedrich. Comentários sobre a contribuição a crítica da economia política, de Karl Marx. *In*: MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008 [1859].

FINESCHI, Roberto. Karl Marx após a edição histórico-crítica (mega²): um novo objeto de investigação. *In*: ROIO, M. D. (Org.). *Marx e a dialética da sociedade civil*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

FLECK, Amaro; DE CAUX; Luiz Philipe (Orgs.). Posfácio: Pollock e os frankfurtianos. *In*: *Crise e transformação estrutural do capitalismo:* artigos na Revista do Instituto de Pesquisa Social, 1932-1941. Florianópolis: NEFIPO; CHF; UFSC, 2019.

GATTI, Luciano. Exercícios do pensamento: dialética negativa. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 85, pp. 261-270, 2009.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria do agir comunicativo*. 1. Racionalidade da ação e racionalização social. Tradução de Benito Siebeneichler. São Paulo: Martins Fontes, 2012 [1981].

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito*: direito natural e ciência do Estado no seu traçado fundamental. Tradução de Marcos Lutz Müller. São Paulo: Editora 34, 2022 [1821].

HEINRICH, Michael. *Introdução a O Capital de Karl Marx*. Tradução de César Mortari Barreira. São Paulo: Boitempo, 2024.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

JAY, Martin. *A Imaginação Dialética*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

KAFKA, Franz. *O Processo*. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Cia das Letras, 1997 [1925].

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Fernando Costa Mattos. Petrópolis: Vozes, 2015 [1781].

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Maas e Carlos Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006 [1979].

KOSELLECK, Reinhart. Três mundos civis? Três mundos burgueses? Sobre a semântica comparativa da sociedade civil-burguesa na Alemanha, na Inglaterra e na França. *In*: *Histórias de Conceitos*. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

LÊNIN, Vladimir. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. Tradução Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2021 [1916].

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2018 [1923].

MACHADO, Francisco. Cultura e psicologia de massas em Walter Benjamin e Theodor Adorno. *Revista Limiar*, São Paulo, SP, v. 12, n. 23, pp. 155–168, 2025.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Moreno. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867].

MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2021 [1859].

MARXHAUSEN, Thomas. História crítica das obras completas de Marx e Engels (MEGA). *Crítica Marxista*, Campinas, v. 21, n. 39, pp. 95–124, 2014.

MOYA, Pablo; LEÓN, Angelo. Zur Diskussion um die Marxsche Kritische Darstellung. Ein dialog mit der Metaphysikkritik Hegels. *Revista Dialectus*, n. 18, pp. 102 – 123, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/61184. Acesso em: 24 jun. 2026.

POLLOCK, Friedrich. Capitalismo de Estado: suas possibilidades e limitações. *In*: FLECK; Amaro; DE CAUX, Luiz Philipe (Orgs.). *Crise e transformação estrutural do capitalismo*: artigos na Revista do Instituto de Pesquisa Social, 1932-1941. Tradução de Amaro Fleck e Luiz Philipe de Caux. Florianópolis: NEFIPO; CHF; UFSC, pp. 89 – 118, 2019 [1941].

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social*. Tradução de Amilton Reis e Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014 [1993].

RUGITSKY, Fernando. Crises e transformações do capitalismo – o diagnóstico de época de Friedrich Pollock. *Cadernos de filosofia alemã: crítica e modernidade*, São Paulo, v. 22, n. 2, pp. 111 – 134, 2017.

SASSOON, Donald. *One hundred years of socialism:* the West European Left in the twentieth century. Londres: Fontana Press, 1997.

SMITH, Adam; RICARDO, David. *Os Pensadores*. Investigação sobre a natureza e as causas das riquezas das nações; Princípios de economia política e tributação. São Paulo: abr., 1984.

THOMPSON, Eduard. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. II. A maldição de Adão. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

THOMPSON, Eduard. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. III. A força dos trabalhadores. Tradução de Renato Neto e Cláudia de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

THOMPSON, Eduard. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. *In: Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

ZANOTTI, Giovanni. Dialética do Trabalho. Sobre o Hegel de Adorno. *Revista Eletrônica Estudos Hegelianos*, v. 16, n. 28, pp. 170 – 190, 2019.

A PERMANÊNCIA DO PASSADO INDUSTRIAL
Entre Marx e Adorno, cem anos de dominação econômica
Artigo recebido em 20/03/2026 • Aceito em 08/06/2026
DOI | 10.5216/rth.v29.85570
Revista de Teoria da História | issn 2175-5892

Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado